

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	18
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.233
Preferenciais	0
Total	2.233

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	23/03/2017	Dividendo	13/04/2017	Ordinária		0,18871

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.616.625	1.498.527
1.01	Ativo Circulante	191.600	109.784
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	111.646	3.096
1.01.06	Tributos a Recuperar	28.574	33.337
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	28.574	33.337
1.01.07	Despesas Antecipadas	259	25
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	51.121	73.326
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	14.840	0
1.01.08.03	Outros	36.281	73.326
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a receber	185	34.397
1.01.08.03.03	Outros Créditos	17	124
1.01.08.03.04	Partes relacionadas	36.079	38.805
1.02	Ativo Não Circulante	1.425.025	1.388.743
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.213	2.148
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.213	2.148
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	2.213	2.148
1.02.02	Investimentos	1.419.192	1.382.807
1.02.02.01	Participações Societárias	1.419.192	1.382.807
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.023.779	983.056
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	395.413	399.751
1.02.03	Imobilizado	3.207	3.332
1.02.04	Intangível	413	456

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.616.625	1.498.527
2.01	Passivo Circulante	223.479	106.873
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.266	10.873
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.266	10.873
2.01.02	Fornecedores	1.377	1.784
2.01.03	Obrigações Fiscais	687	3.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	687	3.000
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	687	3.000
2.01.05	Outras Obrigações	211.149	84.502
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	104.056	82.440
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	19.594
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	62.846
2.01.05.02	Outros	107.093	2.062
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	105.016	0
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.077	2.062
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	0	6.714
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	0	6.714
2.02	Passivo Não Circulante	899.865	891.690
2.02.02	Outras Obrigações	899.865	891.690
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	899.436	891.354
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	899.436	891.354
2.02.02.02	Outros	429	336
2.03	Patrimônio Líquido	493.281	499.964
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	26.800	26.259
2.03.02.04	Opções Outorgadas	50.826	50.285
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	7.791	112.805
2.03.04.01	Reserva Legal	7.791	7.791
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	105.014
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	97.790	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	127.090	96.198
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.230	-7.196
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	143	133
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.338	-6.621
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-4.338	-6.621
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	140.515	109.882
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	140.515	109.557
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	0	325
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	127.090	96.198
3.06	Resultado Financeiro	-29.069	-27.509
3.06.01	Receitas Financeiras	2.372	3.427
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.441	-30.936
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	98.021	68.689
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-11
3.08.02	Diferido	0	-11
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	98.021	68.678
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-231	-689.301
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-231	-689.301
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	97.790	-620.623
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,17573	-1,11529
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,17355	-1,09854

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	97.790	-620.623
4.03	Resultado Abrangente do Período	97.790	-620.623

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-35.256	-4.723
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-56.274	-4.124
6.01.01.01	Lucro Líquido	98.021	68.678
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-27.500	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	168	174
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	343	618
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-140.515	-109.882
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	4.338	6.621
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	0	22.467
6.01.01.10	Tributos diferidos	0	11
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-65	-63
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-1.161	-1.005
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	10.097	8.257
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.018	-599
6.01.02.01	Tributos a recuperar	4.763	1.134
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-234	-207
6.01.02.05	Outros creditos	107	498
6.01.02.06	Fornecedores	-407	181
6.01.02.07	Obrigacoes sociais e trabalhistas	-607	-1.730
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	-2.313	-270
6.01.02.10	Outras contas a pagar	108	31
6.01.02.12	Partes relacionadas	19.601	-236
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	143.806	57.385
6.02.01	Dividendos recebidos	171.421	95.236
6.02.03	Partes relacionadas - mútuos	3.887	151
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-31.502	-38.002
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	-1.239
6.03.04	Partes relacionadas	0	-1.239
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	108.550	51.423
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.096	62.873
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	111.646	114.296

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	541	-105.014	0	0	-104.473
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	541	0	0	0	541
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.790	0	97.790
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.790	0	97.790
5.07	Saldos Finais	360.900	26.800	7.791	97.790	0	493.281

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.011	0	0	0	1.011
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.011	0	0	0	1.011
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.486	0	56.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.486	0	56.486
5.07	Saldos Finais	1.320.549	24.502	238.435	56.486	0	1.639.972

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.663	-2.541
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.663	-2.541
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.663	-2.541
7.04	Retenções	-4.506	-6.795
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-168	-174
7.04.02	Outras	-4.338	-6.621
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-4.338	-6.621
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.169	-9.336
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	142.887	113.309
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	140.515	109.882
7.06.02	Receitas Financeiras	2.372	3.427
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	136.718	103.973
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	136.718	103.973
7.08.01	Pessoal	7.067	4.058
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.516	3.843
7.08.01.02	Benefícios	277	133
7.08.01.03	F.G.T.S.	274	82
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	-11
7.08.02.01	Federais	0	-11
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	31.630	31.248
7.08.03.01	Juros	0	22.157
7.08.03.02	Aluguéis	189	312
7.08.03.03	Outras	31.441	8.779
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	98.021	68.678
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.021	68.678

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	6.777.628	6.603.407
1.01	Ativo Circulante	1.325.556	1.150.717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	800.034	589.504
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.351	61.748
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	62.351	61.748
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	62.351	61.748
1.01.03	Contas a Receber	137.671	154.790
1.01.03.01	Clientes	137.671	154.790
1.01.03.01.01	Clientes	137.671	154.790
1.01.06	Tributos a Recuperar	59.579	60.882
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	59.579	60.882
1.01.07	Despesas Antecipadas	19.909	18.194
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	246.012	265.599
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	232.809	253.248
1.01.08.03	Outros	13.203	12.351
1.01.08.03.02	Outros créditos	13.203	12.351
1.02	Ativo Não Circulante	5.452.072	5.452.690
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	564.522	558.630
1.02.01.06	Tributos Diferidos	368.242	368.784
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	368.242	368.784
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	127	140
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	196.153	189.706
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	178.828	174.013
1.02.01.09.05	Outros créditos	8.340	8.322
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	8.985	7.371
1.02.02	Investimentos	1.017	1.017
1.02.02.01	Participações Societárias	1.017	1.017
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.017	1.017
1.02.03	Imobilizado	588.124	616.763
1.02.04	Intangível	4.298.409	4.276.280

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	6.777.628	6.603.407
2.01	Passivo Circulante	1.993.355	1.656.701
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.885	59.143
2.01.01.01	Obrigações Sociais	53.885	59.143
2.01.02	Fornecedores	51.457	76.626
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	51.457	76.626
2.01.03	Obrigações Fiscais	34.706	35.916
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	34.706	35.916
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	34.019	35.244
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	687	672
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.330.178	1.019.936
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	349.168	339.302
2.01.04.02	Debêntures	980.905	680.535
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	105	99
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	105	99
2.01.05	Outras Obrigações	157.422	43.333
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.845	6.747
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.845	6.747
2.01.05.02	Outros	143.577	36.586
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	105.016	0
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	25.165	25.014
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	13.396	11.572
2.01.06	Provisões	147.738	158.171
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	36.358	32.516
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	36.358	32.516
2.01.06.02	Outras Provisões	111.380	125.655
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	73.563	87.531
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	37.817	38.124
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	217.969	263.576
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas	217.969	263.576
2.02	Passivo Não Circulante	4.219.479	4.374.159
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.743.000	3.910.324
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	463.708	484.203
2.02.01.02	Debêntures	3.279.292	3.426.093
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	28
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil Financeiro	0	28
2.02.02	Outras Obrigações	42.758	47.022
2.02.02.02	Outros	42.758	47.022
2.02.02.02.06	Obrigações com Poder Concedente	1.602	7.427
2.02.02.02.07	Outras Contas a pagar	41.156	39.595
2.02.03	Tributos Diferidos	19.964	20.136
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.964	20.136
2.02.04	Provisões	413.757	396.677
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	181.718	182.368
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	181.718	182.368

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.02	Outras Provisões	232.039	214.309
2.02.04.02.05	Provisão para manutenção	204.361	180.541
2.02.04.02.06	Provisão para construção de obras	27.678	33.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	564.794	572.547
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	26.800	26.259
2.03.02.04	Opções Outorgadas	50.826	50.285
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação Participação dos Acionistas não controladores	5.441	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	7.791	112.805
2.03.04.01	Reserva Legal	7.791	7.791
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	105.014
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	97.790	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	71.513	72.583

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	749.785	663.459
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-340.387	-300.006
3.03	Resultado Bruto	409.398	363.453
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.151	-68.214
3.04.01	Despesas com Vendas	-36.831	-22.126
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-52.714	-47.464
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	394	1.381
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-5
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	320.247	295.239
3.06	Resultado Financeiro	-128.707	-156.443
3.06.01	Receitas Financeiras	31.627	52.598
3.06.02	Despesas Financeiras	-160.334	-209.041
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	191.540	138.796
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-90.069	-64.107
3.08.01	Corrente	-89.699	-71.534
3.08.02	Diferido	-370	7.427
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.471	74.689
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-231	-689.301
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas	-231	-689.301
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	101.240	-614.612
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.790	-620.623
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.450	6.011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,17573	-1,11529
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,17355	-1,09854

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	101.240	-614.612
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	101.240	-614.612
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	97.790	-620.623
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	3.450	6.011

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	321.421	277.173
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	443.589	411.474
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	101.471	74.689
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo das operações descontinuadas	-31.113	-27.268
6.01.01.03	Depreciação e amortização	101.831	87.479
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.157	102
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arr.mercan	141.735	172.300
6.01.01.06	Variação monetária com o Poder Concedente	948	2.079
6.01.01.07	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-2.029	2.338
6.01.01.08	Atualização monetária s/ provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.498	3.665
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.186	-1.612
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	551	1.011
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	5
6.01.01.12	Tributos Diferidos	370	-7.427
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	539	-157
6.01.01.14	Capitalização de juros	-3.497	-464
6.01.01.15	Provisão para manutenção	20.624	17.257
6.01.01.16	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras	8.693	7.534
6.01.01.17	Levantamento dos depósitos judiciais	431	722
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-1.772	-5.391
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	13.639	13.078
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	89.699	71.534
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-122.168	-134.301
6.01.02.01	Clientes	16.580	-6.875
6.01.02.02	Tributos a recuperar	1.303	-7.781
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.702	-15.296
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-3.474	-1.043
6.01.02.05	Outros créditos	-870	4.803
6.01.02.06	Fornecedores	-25.169	-18.276
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-5.258	-9.803
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.225	0
6.01.02.09	Empresas relacionadas	7.098	-798
6.01.02.10	Outras contas a pagar e Adiantamento de Clientes	3.387	-411
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-85.857	-53.470
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.119	-2.058
6.01.02.13	Pagamento de Provisão para manutenção e contrução de obras	-25.862	-23.293
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-91.797	-76.019
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-87.267	-76.033
6.02.05	Pagamento de dividendos minoritários	-6.420	0
6.02.07	Aporte de capital- acionistas não controladores	1.890	0
6.02.08	Opções Outorgadas minoritários	0	14
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.094	-112.115

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.03.01	Credor pela concessão	-20.261	-17.384
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-31	-1.706
6.03.03	Captação de arrend mercantil, empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	49.885	492
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	-26.232	-14.816
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	15	-142
6.03.10	Juros Pagos	-22.470	-78.559
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	210.530	89.039
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	589.504	772.903
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	800.034	861.942

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	541	-105.014	0	0	-104.473	-4.520	-108.993
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	1.890	1.890
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	541	0	0	0	541	10	551
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014	-6.420	-111.434
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	97.790	0	97.790	3.450	101.240
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	97.790	0	97.790	3.450	101.240
5.07	Saldos Finais	360.900	26.800	7.791	97.790	0	493.281	71.513	564.794

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.320.549	23.491	238.435	0	0	1.582.475	55.979	1.638.454
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.011	0	0	0	1.011	14	1.025
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.011	0	0	0	1.011	14	1.025
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.486	0	56.486	6.011	62.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	56.486	0	56.486	6.011	62.497
5.07	Saldos Finais	1.320.549	24.502	238.435	56.486	0	1.639.972	62.004	1.701.976

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	820.825	728.911
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	710.306	647.003
7.01.02	Outras Receitas	23.394	17.304
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	87.125	64.604
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-239.441	-193.158
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-221.045	-154.418
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-18.396	-38.740
7.03	Valor Adicionado Bruto	581.384	535.753
7.04	Retenções	-101.831	-87.479
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-101.831	-87.479
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	479.553	448.274
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.627	58.613
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-5
7.06.02	Receitas Financeiras	31.627	58.618
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	511.180	506.887
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	511.180	506.887
7.08.01	Pessoal	79.898	81.521
7.08.01.01	Remuneração Direta	62.772	64.148
7.08.01.02	Benefícios	13.257	13.690
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.869	3.683
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	161.109	129.559
7.08.02.01	Federais	125.403	96.785
7.08.02.02	Estaduais	0	110
7.08.02.03	Municipais	35.706	32.664
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	168.702	221.118
7.08.03.01	Juros	112.589	124.206
7.08.03.02	Aluguéis	8.368	6.057
7.08.03.03	Outras	47.745	90.855
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	101.471	74.689
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	98.021	68.678
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	3.450	6.011

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Concessões Rodoviárias	657,5	597,6	10,0%
Receita de Construção	87,1	64,6	34,9%
Ecoporto Santos	73,7	64,5	14,3%
Serviços	49,0	52,0	-5,8%
Eliminações	(46,5)	(49,7)	-6,4%
RECEITA BRUTA	820,8	728,9	12,6%
(-) Receita de Construção	(87,1)	(64,6)	34,9%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	733,7	664,3	10,4%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Pessoal	79,9	81,5	-2,0%
Conservação e Manutenção	19,3	19,3	0,0%
Serviços de Terceiros	44,0	33,4	31,7%
Seguros, Poder Concedente e Locações	26,3	24,2	8,7%
Outros	14,1	19,7	-28,4%
CUSTOS CAIXA	183,6	178,1	3,1%
Custo de Construção de Obras	87,1	64,6	34,9%
Provisão para Manutenção	20,6	17,3	19,5%
Depreciação / Amortização	101,8	87,5	16,4%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	393,2	347,5	13,2%

Os custos operacionais e despesas administrativas, excluindo os custos dos ativos mantidos para venda (Elog), totalizaram R\$393,2 milhões no 1T17, aumento de 13,2% devido principalmente ao incremento de custos de construção em função de obras na Ecoponte, Ecopistas, Ecocataratas e ECO101 e de depreciação e amortização em função da maior base de ativos. **Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$183,6 milhões, aumento de 3,1%. Excluindo os custos não recorrentes com consultoria para estudos de novos leilões de concessões rodoviárias do estado de São Paulo e consultoria para otimização de custos e CAPEX, os custos caixa totalizaram R\$174,9 milhões, redução de 1,8% (-R\$3,2 milhões), mesmo com inflação de 4,6% no período.**

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Concessões Rodoviárias	154,5	156,9	-1,5%
Ecoporto Santos	30,0	38,6	-22,3%
Serviços e Holding	45,5	32,4	40,4%
Eliminações	(46,4)	(49,8)	-6,8%
CUSTOS CAIXA	183,6	178,1	3,1%
Custo de Construção de Obras	87,1	64,6	34,9%
Provisão para Manutenção	20,6	17,3	19,5%
Depreciação / Amortização	101,8	87,5	16,4%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS	393,2	347,5	13,2%

Os destaques dos custos caixa do trimestre foram a redução de R\$2,4 milhões nas concessões rodoviárias; redução de R\$8,6 milhões no Ecoporto; e o aumento de

Comentário do Desempenho

R\$13,1 milhões no segmento Holding e Serviços devido aos custos não recorrentes com estudos dos novos leilões de concessões rodoviárias do estado de São Paulo e consultoria para redução de custos e CAPEX.

Despesas com vendas - Ecoporto

A partir do 1T17, a Companhia passou a demonstrar separadamente a conta despesas com vendas do Ecoporto, que anteriormente era incorporada na rubrica serviços de terceiros. No 1T17 as despesas com vendas atingiram R\$36,8 milhões, crescimento de 66,5% em função do pagamento de maiores comissões para retenção de clientes dada concorrência acirrada no Porto de Santos. Por outro lado, essas despesas proporcionaram crescimento de 14,9% na receita líquida do Ecoporto.

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	1T17	Margem	1T16	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	446,5	74,3%	389,1	71,3%	14,8%
Ecoporto Santos	(1,8)	-2,8%	(2,9)	-5,1%	-37,9%
Serviços e Holding	(2,0)	-	13,8	-	-114,5%
EBITDA PRÓ-FORMA	442,7	66,8%	400,0	66,8%	10,7%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	662,7		598,9		10,7%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

O EBITDA pró-forma, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), **cresceu 10,7%** totalizando R\$442,7 milhões no 1T17 e a margem EBITDA foi de 66,8% em linha com o 1T16, devido, principalmente, à melhora do resultado das Concessões Rodoviárias que teve incremento de R\$57,4 milhões (+14,8%). Por outro lado, o EBITDA foi impactado negativamente pelos resultados nas empresas de Serviços e Holding e Ecoporto.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
Juros sobre Debêntures	(92,5)	(91,6)	1,0%
Variação Monetária sobre Debêntures	(26,0)	(68,9)	-62,3%
Juros sobre Financiamentos	(20,1)	(26,6)	-24,4%
Variação Monetária sobre Direito de Outorga	0,9	(2,1)	-142,9%
Variação Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financiamentos	(0,6)	18,1	-103,3%
Receitas de Aplicações Financeiras	22,4	26,9	-16,7%
Ajuste a Valor Presente	(8,7)	(7,5)	16,0%
Outros Efeitos Financeiros	(4,1)	(4,7)	-12,8%
RESULTADO FINANCEIRO	(128,7)	(156,4)	-17,7%

O resultado financeiro do 1T17, excluindo os resultados dos ativos mantidos para venda (Elog), apresentou queda de 17,7% quando comparado ao 1T16, sendo as variações mais representativas destacadas abaixo:

- Juros sobre debêntures: aumento de R\$0,9 milhão em função da emissão de R\$50 milhões da Ecosul, compensado pela redução da SELIC;
- Variação monetária sobre debêntures: redução de R\$42,9 milhões devido à queda do IPCA registrado no período;
- Juros sobre financiamentos: redução de R\$6,5 milhões em função da queda da SELIC;

Comentário do Desempenho

- iv. Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: aumento de R\$18,7 milhões. No 1T16 essa rubrica foi positiva em R\$18,2 milhões, devido principalmente a depreciação do Dólar em relação ao Real (-8,9%);
- v. Receita de aplicações financeiras: redução de R\$4,5 milhões devido à menor disponibilidade de caixa no 1T17 e a redução da SELIC.

A **despesa financeira caixa** no 1T17 totalizou R\$22,5 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

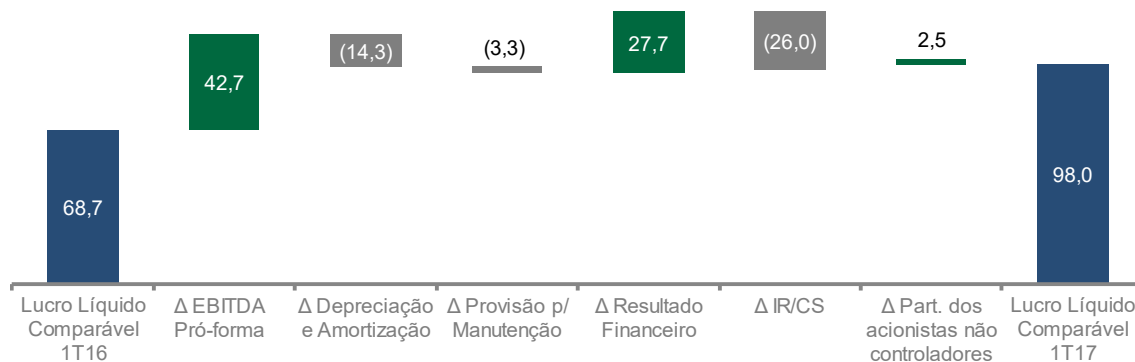
O total de imposto de renda e contribuição social, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), registrado no 1T17 foi de R\$90,1 milhões. Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide nota explicativa 13 disponível nas Demonstrações Financeiras.

Lucro Líquido Comparável

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	1T17	1T16	Var.
LUCRO LÍQUIDO COMPARÁVEL¹	98,0	68,7	42,7%

¹ No 1T16 exclui item não recorrente: efeito da baixa dos ativos mantidos para venda (Elog)

Evolução do Lucro Líquido Comparável por Natureza (em milhões de R\$)



O lucro líquido comparável foi de R\$98,0 milhões no 1T17, impactado positivamente pelo aumento no EBITDA pró-forma (R\$42,7 milhões) e pela menor despesa financeira (R\$27,7 milhões).

Disponibilidade Financeira e Endividamento

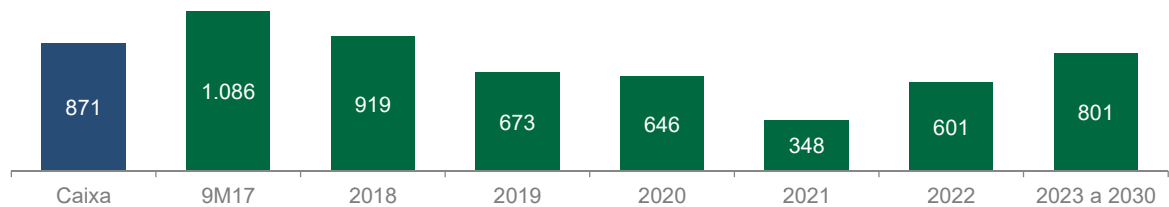
A dívida bruta, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), da EcoRodovias atingiu R\$5.073,2 milhões em março de 2017, aumento de 2,9% em relação a dezembro de 2016. Contribuíram para esse aumento a 3ª emissão de debêntures da Ecosul no valor de R\$50 milhões, com vencimento em 18 meses e custo de 107,5% do CDI a.a. e as correções das demais dívidas.

A dívida bruta, em 31/03/2017, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog), era composta por 74% de vencimentos no longo prazo e 26% no curto prazo.

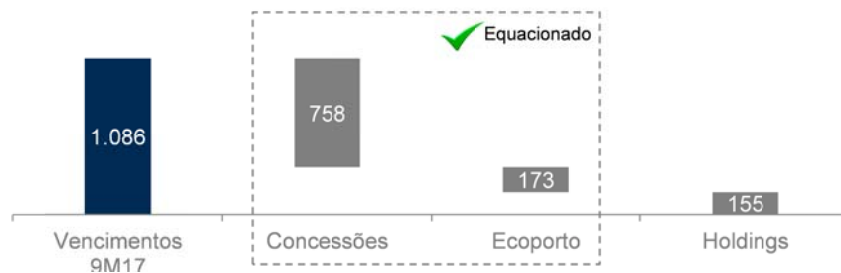
Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	31/03/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	1.330,2	1.019,9	30,4%
Longo Prazo	3.743,0	3.910,3	-4,3%
Dívida Bruta Total	5.073,2	4.930,3	2,9%
(-) Caixa e equivalentes	871,4	658,6	32,3%
Dívida Líquida	4.201,8	4.271,6	-1,6%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA PRÓ-FORMA COMPARÁVEL udm	2,7x	2,8x	-0,1x

Cronograma de amortização da dívida bruta, excluindo os ativos mantidos para venda (Elog) (em milhões de R\$) em 31/03/2017:

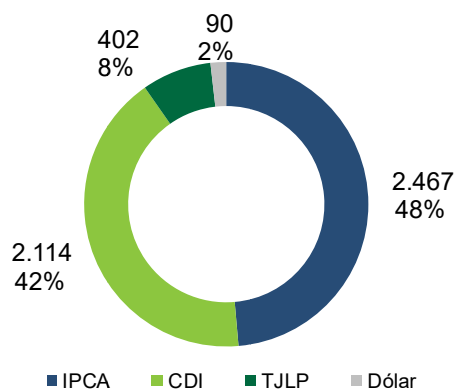


↓ **Abertura dos vencimentos de Abr a Dez de 2017**
(Em 31/03/2017)

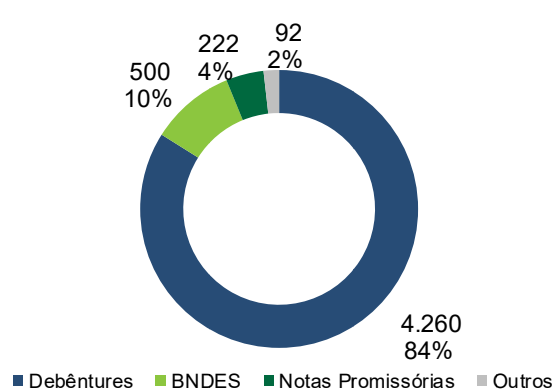


✓ Importante mencionar que os vencimentos das concessões rodoviárias em 2017 já estão equacionados e o vencimento do Ecoporto será pago com recursos próprios.

Dívida Bruta – 31/03/2017
por indexador (em milhões de R\$ e %)



Dívida Bruta – 31/03/2017
por instrumento (em milhões de R\$ e %)



Comentário do Desempenho

Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	INTANGÍVEL/ IMOBILIZADO	1T17 CUSTO DE MANUTENÇÃO / PROVISÃO DE OBRAS	TOTAL
Concessões Rodoviárias	89,7	25,8	115,5
Ecovias dos Imigrantes	5,7	4,2	9,9
Ecopistas	24,8	0,8	25,6
Ecovia Caminho do Mar	2,5	0,9	3,4
Ecocataratas	11,2	9,5	20,7
Ecosul (100%)	10,2	2,8	13,0
ECO101 (100%)	19,2	-	19,2
Ecoponte	16,1	7,6	23,7
Ecoporto Santos	0,2	-	0,2
Outros¹	0,9	-	0,9
CAPEX	90,8	25,9	116,6

¹ Considera Serviços e Holding

Os principais investimentos nas concessões rodoviárias foram em pavimentação e conservação especial. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões rodoviárias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

O Capex realizado no 1T17, proporcional à participação da EcoRodovias foi de R\$107,2 milhões.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e, assim como exploração outras empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui sete concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Elog) e um ativo portuário (Ecoporto) em sete estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 31 de março de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 08 de maio de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016"), publicadas no dia 20 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

4. Reclassificação

As despesas com comissões referente as vendas de serviços de armazenagem nas investidas diretas Ecoporto Santos e Termares, foram segregadas e reclassificadas da rubrica “despesas gerais e administrativas” para “despesas com vendas” nas demonstrações de resultado consolidado do período comparativo findo em 31 de março de 2016 pelo montante de R\$22.126. Tal reclassificação tem por objetivo permitir comparabilidade e melhor apresentação dos saldos contábeis.

5. Operações descontinuadas

a) Venda da participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 04 de julho de 2016, a Companhia celebrou no dia 02 de julho de 2016, através de sua controlada Elog S.A., Contrato de Compra e Venda de Quotas, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog Logística Sul Ltda, Maringá Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo Ltda e Maringá Armazéns Gerais Ltda (em conjunto, “Unidades Elog Sul”) para a Multilog S.A.. A conclusão da alienação estava sujeita a verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi aprovada sem restrições em 29 de julho de 2016. A conclusão da operação se deu em 06 de outubro de 2016, com a efetiva transferência de quotas e a liquidação financeira pelo valor R\$115.000. Em 01 de fevereiro de 2017, conforme previam as cláusulas do Contrato de compra e venda, houve o “ajuste do preço” com o pagamento de R\$1.172 a favor da Companhia, totalizando a venda por R\$116.172.

O valor da perda na venda do investimento no montante de R\$12.080 encontra-se registrado na rubrica “Resultado Líquido dos ativos e passivos mantidos para venda” na demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A alienação das Unidades Elog Sul é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

Notas Explicativas

Os efeitos da venda destas participações estão demonstrados a seguir:

	<u>Elog Sul</u>	<u>Maringás</u>	<u>Ágios</u>	<u>Total</u>
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.470	1.619	-	5.089
Clientes	12.070	412	-	12.482
Partes relacionadas	120	161	-	281
Tributos a recuperar	531	14	-	545
Despesas antecipadas	74	-	-	74
Outros créditos	590	10	-	600
Total do ativo circulante	<u>16.855</u>	<u>2.216</u>	<u>-</u>	<u>19.071</u>
Não circulante				
Depósitos judiciais	9.803	1.095	-	10.898
Tributos diferidos	3.389	163	-	3.552
Outros créditos	963	-	-	963
Ágio registrado na controladora	-	-	88.282	88.282
Imobilizado e intangível	33.188	1.173	-	34.361
Total do ativo não circulante	<u>47.343</u>	<u>2.431</u>	<u>88.282</u>	<u>138.056</u>
Total do ativo	<u>64.198</u>	<u>4.647</u>	<u>88.282</u>	<u>157.127</u>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	4.247	121	-	4.368
Impostos e contribuições a recolher	1.666	1.150	-	2.816
Obrigações sociais	2.564	33	-	2.597
Dividendos e JSCP a pagar	5.978	-	-	5.978
Partes relacionadas	1.602	81	-	1.683
Provisão para imposto de renda e contribuição social	588	-	-	588
Outras contas a pagar	940	299	-	1.239
Total do passivo circulante	<u>17.585</u>	<u>1.684</u>	<u>-</u>	<u>19.269</u>
Não circulante				
Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	9.566	-	-	9.566
Outras contas a pagar	40	-	-	40
Total do passivo não circulante	<u>9.606</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.606</u>
Patrimônio líquido	<u>37.007</u>	<u>2.963</u>	<u>88.282</u>	<u>128.252</u>
Total passivo e patrimônio líquido	<u>64.198</u>	<u>4.647</u>	<u>88.282</u>	<u>157.127</u>
Valor total da venda	-	-	-	116.172
Perda na venda do investimento (Patrimônio líquido total – Valor da venda)	-	-	-	<u>(12.080)</u>

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual e limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do preço de aquisição apenas em algumas hipóteses. Em outras, o valor é limitado a 50% (cinquenta por cento) do preço de aquisição;
- (ii) O prazo de pagamento da indenização é de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação demandando a indenização;
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Em 31 de março de 2017 não foram identificados eventos que pudessem ensejar o pagamento de indenização aos compradores e, conseqüentemente valor de provisionamento.

Notas Explicativas

b) Ativos e passivos mantidos para venda

Com base na estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias, a Companhia também classificou como operação descontinuada seus investimentos no segmento logístico através das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda na expectativa que a alienação ocorra em até 12 meses após a classificação como ativos e passivos mantidos para venda.

Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuidas e suas informações não farão mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

Em 31 de março de 2017, os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

Combinado (*)			Combinado (*)		
Ativo	31/03/2017	31/12/2016	Passivo	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa	8.306	15.647	Fornecedores	11.784	11.460
Clientes	35.086	33.100	Empréstimos e financiamentos	1.847	2.187
Partes relacionadas	-	2.774	Debêntures	151.619	183.788
Impostos a recuperar	1.770	1.693	Impostos e contribuições a recolher	3.699	2.902
Despesas antecipadas	2.629	496	Obrigações sociais e trabalhistas	6.986	6.502
Outros créditos	4.153	5.185	Partes relacionadas	1.257	458
Tributos diferidos	60.108	123.738	Outras contas a pagar	3.663	22.719
Depósitos judiciais	45.991	43.909	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	36.923	33.560
Imobilizado	66.794	12.109	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
Intangível	7.781	14.597			
Total do ativo mantido para venda	232.618	253.248	Total do passivo mantido para venda	217.778	263.576

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Após a classificação, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor total de R\$689.301 para que o valor contábil desses ativos fosse reduzido ao valor justo, líquido de despesas de venda. Esse valor foi reconhecido no resultado na linha “Prejuízo do período de operação descontinuada”. Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo, das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda, no qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação da Elog Sul com a Multilog S.A.. O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como operação descontinuada está demonstrado abaixo:

	Consolidado
Valor de venda (a)	160.000
Dívida líquida prevista (b)	(145.160)
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	14.840

a) Valor estimado para alienação para as empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., totalizando R\$160.000.

b) Refere-se ao valor da dívida líquida em 31 de março de 2017, das controladas classificadas como operação descontinuada.

Notas Explicativas

- c) Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de vendas.

O resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2017 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas	31/03/2017	31/03/2016
Receita Líquida	50.549	75.995
Custo dos serviços prestados	(46.513)	(70.598)
Lucro Bruto	4.036	5.397
Despesas/Receitas operacionais e financeiras	(7.045)	(13.478)
Resultado financeiro	(5.648)	(12.106)
Resultado Operacional	(8.657)	(20.187)
Imposto de Renda e Contribuição Social	239	7.995
Resultado das operações descontinuadas	(8.418)	(12.192)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos disponíveis para venda (*)	8.187	(677.109)
Resultado líquido das operações descontinuadas	(231)	(689.301)

(*) Demonstração do ajuste a valor justo das operações descontinuadas:

	31/03/2017	31/03/2016
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	5.715	(572.502)
Ajuste a valor justo de Dividendos e JSCP	-	(12.336)
Aportes realizados (janeiro a março/2016)	-	(13.749)
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida Líquida)	(5.946)	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	8.418	12.192
Efeito dos ativos e passivos a valor justos das operações descontinuadas	8.187	(586.395)
Valores previstos de aportes necessários para manutenção do capital circulante líquido	-	(90.714)
Ajuste a valor justo nas operações descontinuadas	8.187	(677.109)

Fluxo de caixa das operações descontinuadas

	31/03/2017	31/03/2016
Resultado do período	(8.418)	(12.192)
Itens que não afetam o caixa	12.287	18.432
Provenientes das mutações patrimoniais	184	(14.531)
Utilizado nas atividades de investimento	(399)	(1.191)
Utilizado nas atividades de financiamento	(34.767)	(17.786)
Operações descontinuadas líquido de caixa	(31.113)	(27.268)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	153	13	37.015	32.806
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	111.364	638	728.547	517.844
Operações compromissadas (b)	-	2.226	28.386	25.018
Aplicações automáticas - Compromissadas (c)	129	219	6.086	13.836
	111.646	3.096	800.034	589.504

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 22,6% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 64,0% em Operações Compromissadas 13,4% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,2% (100,7% em 31 de dezembro de 2016) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa média ponderada de 89,9% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

7. Títulos e valores mobiliários - Consolidado

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/03/2017	31/12/2016
Fundo de investimento (a)	68.582	66.430
Poupança (b)	2.015	1.961
Conta corrente (c)	739	728
	71.336	69.119
Circulante	62.351	61.748
Não circulante	8.985	7.371

- (a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa de 99,0% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. e Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., e de debêntures da controlada indireta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A - Ecopistas.
- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a controlada indireta Ecopistas e Ecoporto Santos celebram com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB e utilizará os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Os valores são corrigidos pelo índice da poupança. Há um saldo correspondente contabilizado no passivo não circulante referente à obrigação.
- (c) Valores classificados como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculados ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal BNDES da controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas Explicativas

8. Clientes - Consolidado

A composição está assim representada:

	31/03/2017	31/12/2016
Pedágio eletrônico (a)	115.342	127.790
Receitas acessórias (b)	1.844	3.145
Recebíveis de portos (c)	16.312	21.158
Outras contas a receber	6.080	4.065
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (d)	(1.907)	(1.368)
	137.671	154.790

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

(d) Refere-se à constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/03/2017	31/12/2016
A vencer	134.131	149.784
Vencidos:		
Até 30 dias	1.124	2.389
De 31 a 90 dias	472	1.060
Acima de 90 dias	1.944	1.557
Acima de 120 dias	1.907	1.368
	139.578	156.158

Movimentação nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	1.368	9.799
Operação descontinuada Elog (*)	-	3.904
Valores recuperados e baixados no período	(346)	(2.919)
Constituição de PECLD no período	885	764
Saldo final	1.907	11.548

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e de suas controladas como ativos e passivos mantidos para venda.

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	2.148	1.949	174.013	211.119
Operação descontinuada Elog (*)	-	-	-	2.698
Adições	-	-	3.474	1.043
Baixas	-	-	(431)	(722)
Atualização monetária	65	63	1.772	5.391
Saldo final	2.213	2.012	178.828	219.529

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda.

Notas Explicativas

10. Investimentos

a) Controladora

	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência	
	31/03/2017	Resultado do período	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
Patrimônio líquido								
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	905.646	163.896	100	100	905.646	878.786	163.896	121.676
EIL 02 S.A.	1	-	100	100	1	1	-	-
EIL 03 S.A.	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL 04 S.A.	1	-	100	100	1	-	-	-
EIL-01 Participações Ltda.	322	5	100	100	322	317	5	5
Ecoporto Santos S.A.	51.570	(24.965)	100	100	51.570	45.509	(24.965)	(12.141)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	11.795	2.140	100	100	11.795	9.655	2.140	2.870
Ecoporto Transportes Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	(2.137)
ELG-01	55.375	(572)	100	100	55.375	55.447	(572)	(481)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.085	-	20	20	1.017	1.017	-	(5)
Lucros não realizados	-	-	-	-	(1.949)	(7.676)	11	95
					1.023.779	983.056	140.515	109.882

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de março de 2017:

	Ativo		Passivo			Demonstração do resultado			
	Ativo Circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado operacional bruto	Resultado operacional líquido	Lucro/(prejuízo) do período
Companhia:									
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.	191.600	1.425.025	223.479	899.865	493.281	-	-	98.021	97.790
Controladas diretas:									
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	267.564	2.475.506	393.092	1.444.332	905.646	43.527	20.968	163.983	163.896
EIL01 Participações S.A.	323	-	1	-	322	-	-	6	5
EIL02 S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-	-
EIL03 S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-	-
EIL04 S.A.	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.	42.071	671.047	240.390	421.158	51.570	29.716	(4.475)	(24.933)	(24.965)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	17.433	24.294	24.508	5.424	11.795	35.033	5.035	3.245	2.140
ELG-01 Participações Ltda.	26	55.349	-	-	55.375	-	-	(572)	(572)
Controladas indiretas:									
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	437.344	1.409.344	133.599	1.317.555	395.534	251.764	166.913	139.042	94.144
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	101.710	1.316.360	185.273	718.121	514.676	88.028	33.904	7.616	5.852
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	55.049	194.453	186.066	13.466	49.970	77.573	52.927	43.332	28.812
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	112.756	379.287	288.861	68.463	134.719	87.299	43.785	29.378	18.961
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	38.244	259.052	197.900	63.280	36.116	71.299	42.289	31.390	20.753
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.	20.841	487.841	85.958	261.053	161.671	59.248	13.824	5.002	3.273
Concessionária da Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoporte	53.133	150.177	46.124	30.628	126.558	52.759	19.123	16.696	11.819
Anish Empreendimentos e Participações Ltda.	138	63.935	787	8.148	55.138	6	6	(528)	(528)
Paquetá Participações Ltda.	4	11.000	-	-	11.004	-	-	(12)	(12)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.168	-	83	-	5.085	-	-	-	-

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2016 está apresentada a seguir:

	31/12/2015	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	AFAC	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2016
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	840.035	(95.184)	-	277	121.676	866.804
EIL-01 Participações Ltda.	295	-	-	-	5	300
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1	-	-	1
Elog S.A.	231.772	-	-	-	-	-
Ecoporto Santos S.A.	154.208	-	21.000	116	(12.141)	163.183
Termares Terminais Marítimos Espec. Ltda.	17.409	(325)	-	-	252	19.954
Ecoporto Transportes Ltda.	(1.085)	-	2.000	-	-	(1.222)
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.025	-	-	-	(5)	1.020
Lucros não realizados	(8.055)	-	-	-	95	(7.960)
	1.235.605	(95.509)	38.002	393	109.882	1.276.181

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de março de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	Aporte de capital	Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	31/03/2017
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	878.786	(137.207)	-	-	171	163.896	905.646
EIL-01 Participações Ltda.	317	-	-	-	-	5	322
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
EIL04 S.A.	-	-	1	-	-	-	1
ELG-01 Participações Ltda.	55.447	-	500	-	-	(572)	55.375
Ecoporto Santos S.A.	45.509	-	31.000	-	26	(24.965)	51.570
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	9.655	-	-	-	-	2.140	11.795
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.017	-	-	-	-	-	1.017
Lucros não realizados	(7.676)	-	-	5.716	-	11	(1.949)
	983.056	(137.207)	31.502	5.716	197	140.515	1.023.779

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como “outros investimentos societários” (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2015	Amortização	31/03/2016
Ágio - Ecosul	5.269	(131)	5.138
Ágio - Elog	433.540	34	433.574
Ágio - Ecoporto	679.718	(6.524)	673.194
	1.118.527	(6.621)	1.111.906

	31/12/2016	Amortização	31/03/2017
Ágio - Ecosul	4.753	(130)	4.623
Ágio - Elog	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	357.254	(4.208)	353.046
	399.751	(4.338)	395.413

b) Consolidado

	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência	
	31/03/2017	Resultado do período	participação direta - %		31/12/2016	31/03/2017	patrimonial	31/03/2016
Patrimônio líquido								
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.085	-	20		1.017	-	(5)	
					1.017	-	(5)	

Notas Explicativas

11. Imobilizado

a) Controladora

	Taxas médias de depreciação - %	Custo		Depreciação		Residual	
		Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/03/2016
		Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições
Hardwares	9,8	1.261	-	(1.024)	(31)	(1.055)	206
Máquinas e equipamentos	6,5	248	-	(237)	(4)	(241)	7
Móveis e utensílios	10,2	549	-	(417)	(14)	(431)	118
Edificações	3,9	1.956	-	(683)	(19)	(702)	1.254
Imobilizado em andamento	-	116	-	-	-	-	116
Outros	8,6	3.300	-	(1.465)	(71)	(1.536)	1.764
		7.430	-	(3.826)	(139)	(3.965)	3.465
							3.604

	Taxas médias de depreciação - %	Custo		Depreciação		Residual	
		Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/03/2017
		Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições
Hardwares	7,3	1.317	-	(1.137)	(24)	(1.161)	156
Máquinas e equipamentos	1,6	258	-	(247)	(1)	(248)	10
Móveis e utensílios	2,9	549	-	(457)	(4)	(461)	88
Edificações	3,9	1.956	-	(759)	(19)	(778)	1.178
Imobilizado em andamento	-	116	-	-	-	-	116
Outros	8,8	3.485	-	(1.749)	(77)	(1.826)	1.659
		7.681	-	(4.349)	(125)	(4.474)	3.207
							3.332

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxas médias de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Trans.	Ativo para venda (*)	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Trans.		Ativos e passivos para venda (*)	Saldos em 31/03/2016
Hardwares	9,1	273.208	676	(22)	1	4	273.867	(207.957)	(6.189)	18	-	(685)	59.054	65.251
Máquinas e equipamentos	5,9	359.910	1.127	(2.182)	4	442	359.301	(146.689)	(5.273)	2.142	-	(1.350)	208.131	213.221
Móveis e utensílios	5,6	35.281	84	(38)	5	4	35.336	(17.350)	(490)	22	(9)	(173)	17.336	17.931
Terrenos	-	55.258	-	-	-	-	55.258	-	-	-	-	-	55.258	55.258
Edificações	1,1	156.124	-	-	-	-	156.124	(36.024)	(416)	-	-	(1.239)	118.445	120.100
Imobilizado em andamento	-	129.255	171	-	-	482	129.908	-	-	-	-	-	129.908	129.255
Benfeitorias	2,0	249.748	713	-	-	149	250.610	(71.513)	(1.228)	-	-	(1.003)	176.866	178.235
Veículos	17,3	32.504	65	-	-	-	32.569	(21.197)	(1.407)	-	-	-	9.965	11.307
Instalações	4,0	75.249	409	-	(1)	43	75.700	(25.773)	(763)	-	-	(1.333)	47.831	49.476
Outros	3,1	48.102	166	(9)	-	97	48.356	(17.666)	(379)	-	-	(151)	30.160	30.436
		1.414.639	3.411	(2.251)	9	1.221	1.417.029	(544.169)	(16.145)	2.182	(9)	(5.934)	852.954	870.470

Taxas médias de depreciação - %		Custo			Depreciação				Residual			
	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/03/2017	31/03/2017	31/12/2016
8,9	254.679	1.609	-	19	256.307	(211.495)	(5.684)	-	-	(217.179)	39.128	43.184
5,5	299.894	286	(759)	-	299.421	(128.978)	(4.149)	611	-	(132.516)	166.905	170.916
7,2	26.640	21	-	5	26.666	(13.805)	(477)	-	-	(14.282)	12.384	12.835
-	55.150	-	-	-	55.150	-	-	-	-	-	55.150	55.150
3,5	47.153	215	-	-	47.368	(21.619)	(419)	-	-	(22.038)	25.330	25.534
-	105.907	28	-	(35.673)	70.262	-	-	-	-	-	70.262	105.907
2,7	200.509	-	-	18.290	218.799	(56.792)	(1.464)	-	-	(58.256)	160.543	143.717
7,1	33.406	-	-	-	33.406	(24.403)	(591)	-	-	(24.994)	8.412	9.003
10,2	34.737	676	-	-	35.413	(7.195)	(891)	-	4	(8.082)	27.331	27.542
6,6	31.029	138	(3)	-	31.164	(8.054)	(514)	-	83	(8.485)	22.679	22.975
	1.089.104	2.973	(762)	(17.359)	1.073.956	(472.341)	(14.189)	611	87	(485.832)	588.124	616.763

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para Venda e Operação Descontinuada. O imobilizado líquido no montante de R\$66.985, refere-se aos imobilizados consolidados da Elog S.A. em 01 de janeiro de 2016, excluindo os imobilizados das empresas ELG-01 Participações Ltda, Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda e Paquetá Participações Ltda que não serão descontinuadas e em AGE de 29 de setembro de 2016, que aprovou laudo de cisão, esses ativos foram transferidos para a Companhia.

Em 31 de março de 2017, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica “Outros” (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos, financiamentos e notas promissórias (vide Nota Explicativa nº 14). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 15) não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Notas Explicativas

12. Intangível

a) Controladora

	Custo		Amortização		Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 31/03/2016	Saldos em 31/12/2015	31/03/2016
Softwares de terceiros	14,8	946	-	946	(458)	(493)
		946	-	946	(458)	(493)

	Custo		Amortização		Residual	
	Taxas médias de amortização - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/03/2017	Saldos em 31/12/2016	31/03/2017
Softwares de terceiros	16,4	1.049	-	1.049	(593)	(636)
		1.049	-	1.049	(593)	(636)

Notas Explicativas

b) Consolidado

Taxas médias de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldo em		Adições	Ativos e passivos mantidos para venda (iii)	Transf.	Saldo em		31/12/2015
					31/12/2015	31/03/2016				31/03/2016	31/12/2016	
(ii)	6.312.645	38.415	(33)	(9)	6.351.018	(1.892.428)	(67.788)	(3.679)	9	(1.963.886)	4.387.132	4.420.217
-	8.561	-	-	-	8.561	(3.290)	(128)	-	-	(3.418)	5.143	5.271
9,5	137.394	938	-	-	138.332	(84.259)	(3.418)	(1.218)	-	(88.895)	49.437	53.135
-	22.413	33.733	-	-	56.146	-	-	-	-	-	56.146	22.413
-	463.712	-	-	-	463.712	332	-	-	-	332	464.044	464.044
-	1.404	-	-	-	1.404	(85)	-	(16)	-	(101)	1.303	1.319
	6.946.129	73.086	(33)	(9)	7.019.173	(1.979.730)	(71.334)	(4.913)	9	(2.055.968)	4.963.205	4.966.399

Taxas médias de

amortização	%	31/12/2016		Baixas	Oper. Desc.	31/03/2017		31/12/2016		Baixas	Transf.	31/03/2017		31/12/2016
		Adições	(i)			Saldos em	Adições	Saldos em	Saldos em			Saldos em		
Contratos de concessão	(ii)	6.087.640	32.252	(794)	5.714	69	6.124.881	(2.092.713)	(82.972)	7	(87)	(2.175.765)	3.994.927	
Ágio Ecosul	-	8.561	-	-	-	-	8.561	(3.802)	(128)	-	-	(3.930)	4.759	
Softwares de terceiros	14,2	109.767	790	-	-	17.364	127.921	(72.437)	(4.542)	-	-	(76.979)	37.330	
Intangível em andamento	-	201.153	54.749	(219)	-	(74)	255.609	-	-	-	-	-	201.153	
Ágio Elog (iii)	-	37.744	-	-	-	-	37.744	-	-	-	-	-	37.744	
Outros	-	402	-	-	-	-	402	(35)	-	-	-	(35)	367	
		6.445.267	87.791	(1.013)	5.714	17.359	6.555.118	(2.168.987)	(87.642)	7	(87)	(2.256.709)	4.276.280	

No período findo em 31 de março de 2017, foram capitalizados R\$3.497 referentes a encargos financeiros (R\$464 em 31 de março de 2016).

(i) Os Os principais valores concentram-se nas controladas indiretas: na Eco101 no valor de R\$16.128 na duplicação de segmentos e interseções, implantações de cercas, terraplanos e sistemas de drenagem; na Ecoponte no valor de R\$23.052 nas ampliações de praças de pedágio, grades, lamelas, reparos, revestimentos e obras no Mergulhão de Niterói, Ecovias no valor de R\$4.971, na adequação da 3ª faixa da SP055, e na Ecopistas R\$23.367, sendo a principal obra o prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote I e II e na Ecocatratras no valor de R\$8.614 refere-se a duplicação da BR277 e execução de obras de terraplanagem e pavimentação.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 31 de março de 2017 foram 5,43% a.a. (4,52% a.a. em 31 de março de 2016).

(iii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda e Operação Descontinuada. O montante de R\$4.913, refere-se aos ativos intangíveis e ágios (goodwill) consolidados da Elog S.A. em 01 de janeiro de 2016, excluindo os ativos intangíveis e ágios (goodwill) das empresas ELG-01 Participações Ltda, Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda e Paquetá Participações Ltda. que em deliberação da Administração transferiu o controle acionário para a Companhia em 29 de setembro de 2016.

Notas Explicativas

13. Imposto de renda e contribuição social

a) Tributos diferidos – Consolidado

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017	31/03/2017
Realização do ágio na incorporação	215.424	-	(2.396)	213.028	(2.396)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	44.056	1.724	(1.945)	43.835	(221)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	51.663	467	(1.196)	50.934	(729)
Provisão para manutenção	95.177	5.906	(2.973)	98.110	2.933
AVP ônus Concessão	3.325	-	(611)	2.714	(611)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	110	296	(45)	361	251
Provisão para férias diretoria	3.449	509	(20)	3.938	489
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(51.771)	-	836	(50.935)	836
Depreciação societária	(9.808)	(67)	226	(9.649)	159
Juros capitalizados	(2.977)	(1.137)	56	(4.058)	(1.081)
IR e CS diferido - ativo/(passivo) (ii)	348.648	7.698	(8.068)	348.278	(370)

(i) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas indiretas: ECO101 e Ecopistas.

(ii) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$368.242 no ativo não circulante e R\$19.964 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
2017	25.974	33.895
2018	33.083	33.093
2019	28.773	25.650
2020	26.356	25.650
Após 2021	234.092	230.360
	348.278	348.648

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizado sem até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	98.021	68.689	191.540	138.796
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(33.327)	(23.354)	(65.124)	(47.191)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	47.775	37.360	-	(2)
Despesas indedutíveis	(27)	(7)	(126)	(105)
Amortização de ágio	(1.475)	(2.251)	5.723	(3.934)
Incentivos fiscais (PAT)	-		260	254
Créditos tributários não constituídos (*)	(11.384)	(11.055)	(28.895)	(11.219)
Operações descontinuadas	-	(122)	-	(310)
Gratificações diretores	(1.562)	(582)	(1.968)	(1.600)
Outros	-	22	61	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	11	(90.069)	(64.107)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(89.699)	(71.534)
Impostos diferidos	-	11	(370)	7.427
Taxa efetiva	-	-	47,0%	46,2%

(*) Trata-se de prejuízo fiscal da Companhia para o qual não se apresentava expectativa de realização nos próximos exercícios. Dos R\$28.895 registrados em 31 de março de 2017, R\$17.316 referem-se a baixa de créditos tributários da Ecoporto.

Notas Explicativas

14. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	Consolidado	
				31/03/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:					
Nota promissória (j)	Ecocataratas	05/2017	CDI + 2,65%a.a	221.829	213.631
Finame (i)	Ecosul	11/2020	6% a.a.	186	198
Finame (b)	Ecocataratas	05/2017	TJLP + 3,21%	37	89
Finame (b)	Ecocataratas	04/2017	TJLP + 2,70%	16	63
Finame (e)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	245	256
Finame (b)	Ecocataratas	06/2018	3% a.a.	69	82
Finem (f)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	8.884	10.509
Finem (a)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	33.878	33.497
Finem (a)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	143.034	148.819
Finame (d)	Termares	06/2017	7,7% a.a.	436	871
Finame (g)	Ecoporto Santos	10/2020	6% a.a.	6.061	6.509
Finame (h)	Ecocataratas	07/2020	6 % a.a.	644	694
Finem - BNDES (c)	ECO101	04/2017	UMSELIC+4,87%a.a.	57.088	55.402
Finem - BNDES (c)	ECO101	12/2028	TJLP + 3,84%a.a.	183.824	185.271
Finem - BNDES (c)	ECO101	06/2030	TJLP+3,84%a.a.	66.268	66.020
Financiamento (I)	Eco101	12/2019	21,27% a.a	261	278
Em moeda estrangeira:					
Finimp (d)	Ecoporto Santos	05/2017	Libor 6M+5,2% a.a.	48	46
Finimp (d)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2%a.a.	90.068	101.270
				812.876	823.505
Circulante				349.168	339.302
Não circulante				463.708	484.203

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2017	31/12/2016
2018	46.286	66.199
2019	63.725	63.970
2020	64.315	64.555
2021	53.862	54.135
Posteriores a 2021	235.520	235.344
	463.708	484.203

A movimentação dos empréstimos, dos financiamentos e das notas promissórias está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	823.505	986.707
Ativos e passivos mantidos para venda (*)	-	(417)
Adições	-	492
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	20.677	8.405
Pagamento principal	(21.243)	(10.507)
Pagamento de juros	(10.063)	(12.698)
Saldo final	812.876	971.982

(*) vide Nota Explicativa nº 5.b.

Notas Explicativas

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de março de 2017.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(b)	Ecocataratas	Banco do Brasil/ Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	ECO101	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser menor ou igual a 3,00 pontos, com base nas informações consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura.	Aval EcoRodovias Infraestrutura.
(d)	Ecoporto Santos	Santander	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(e)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(g)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(h)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(i)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(j)	Ecocataratas	Bradesco	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia
(l)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia

O resumo dos índices financeiros em 31 de março de 2017 está demonstrado a seguir:

Índices financeiros Ecopistas BNDES

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	36,29%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,34

Índices financeiros ECO101 BNDES

	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	≤ 3	3,33 (**)
(ii) PL/passivo total	> 20%	8,67 (**)

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

(**) O não cumprimento dos covenants está amparado até 31 de dezembro de 2017 por waiver do BNDES.

A Companhia possui um plano econômico para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que vencem em 2017. A Administração está confiante que seu plano econômico será implementado no exercício de 2017 e entende que não haverá quebra ou default dos contratos vigentes.

Notas Explicativas

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das notas promissórias está demonstrada a seguir:

Emissora	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros a.a.	TIR
Ecocataratas	180.000	(1.528)	178.472	100% CDI + 2,65%	16,25%a.a.

15. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016
Principal corrigido	4.058.451	3.985.072
Remuneração (juros)	237.167	159.396
Custos com emissão de debêntures (*)	(35.421)	(37.840)
	4.260.197	4.106.628
Circulante	980.905	680.535
Não circulante	3.279.292	3.426.093

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	-	615.113	4.106.628	4.293.504
Ativos e passivos mantidos para venda (a)	-	22.467	-	(4.598)
Adições	-	-	49.885	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	-	-	121.051	163.895
Cessão da dívida (b)	-	(637.580)	-	-
Pagamento principal	-	-	(4.967)	(4.309)
Pagamento de juros	-	-	(12.400)	(65.861)
Saldo final	-	-	4.260.197	4.382.631

- a) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Companhia classificou a como Ativos e passivos mantidos para venda. O montante de R\$345.768 refere-se ao saldo de debêntures em 01 de janeiro de 2016 dos ativos e passivos mantidos para venda.
- b) Em virtude da cessão, a partir de 10 de agosto de 2016, os debenturistas da primeira emissão de debêntures da Ecorodovias Infraestrutura passarão a ser debenturistas da primeira emissão de debêntures da Ecorodovias Concessões (em virtude da cessão e assunção de dívida da Ecorodovias Infraestrutura);

Notas Explicativas

EcoRodovias									
Concessões e Serviços		EcoRodovias			Concessões e Serviços			EcoRodovias	
Descrição	Infraestrutura	EcoRodovias			EcoRodovias		Ecopistas	Ecosul	
		2º Emissão	3º Emissão	2º Emissão	3º Emissão	Ecovia		2º Emissão	
Forma e conversibilidade	Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, sem a emissão de cautela, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações	Nominativa e escritural, não conversível em ações
Quantidade emitida	60.000 (em duas séries)	80.000 (em três séries)	21.500 (série única)	881 (em duas séries)	600 (série única)	370 (em quatro séries)	14.300 (série única)	14.800 (série única)	5.000 (série única)
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000	R\$1.000,00	R\$1.000.000	R\$1.000,00	R\$10.000	R\$10.000	R\$10.000
Data da emissão	15/04/2015	23/10/2012	18/11/2016	15/04/2013	19/06/2012	15/01/2011	04/11/2014	17/11/2014	17/01/2017
Valor da emissão	R\$600.000	R\$ 800.000 1ª série - R\$ 240.000 2ª série - R\$ 160.000 3ª série - R\$ 400.000	R\$215.000	R\$ 881.00 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000	R\$600.000	1ª série - R\$370.000 2ª série - R\$92.500 3ª série - R\$92.500 4ª série - R\$92.500	R\$143.000	R\$148.000	R\$50.000
P U atualizado em 31 de março de 2017	1ª série -10.639 2ª série -10.650	1ª série – R\$7.080 2ª série - R\$13.949 3ª série - R\$13.970	R\$ 10.529	1ª série – R\$1.360 2ª série - R\$1.365	1ª série – R\$1.258 2ª série - R\$1.335 3ª série - R\$1.309 4ª série - R\$1.283		R\$11.725	R\$11.725	R\$10.260
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - Não atualizável 2ª série - Não atualizável	1ª série e série única - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a.	1ª e 2ª séries - IPCA	R\$673.986 Não atualizavel	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	Não atualizável	Não atualizável	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	1ª série: CDI+1,18% a.a. 2ª série: CDI+1,42% a.a.	1ª série - 100% do CDI + 0,79% a.a. 2ª série - IPCA + 5,00% a.a. 3ª série - IPCA + 5,35% a.a.	Série única - 114% do CDI	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA		1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25% a.a.	115,0% do CDI	115,0% do CDI	107,5% do CDI

Notas Explicativas

EcoRodovias Concessões e Serviços (cessão de dívida da Ecorodovias		EcoRodovias Concessões e Serviços			Ecoportos		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
		2º Emissão		3º Emissão	2º Emissão		2º Emissão		2º Emissão		1º Emissão	2º Emissão
Descrição	Infraestrutura											
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: 15/10/2016 a 15/04/2018 2ª série: 15/10/2016 a 15/04/2020	1ª série: parcelas semestrais (15/04/2013 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas trimestrais anuais (15/10/2013 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2013 a 15/10/2022)	Série única – 2 Parcelas semestrais e 1 parcela trimestral (18/5/17 a 19/02/18)		Parcelas anuais (15/06/2013 a 15/06/2017)		1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)		1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/2013 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	17/05/2017	17/05/2017	19/06/2017, 18/12/2017, 17/06/2018
Vencimento da amortização	1ª série: 100% em 15/04/2018 2ª série: 50% 15/04/2019 e 50% 15/04/2020 2ª emissão: Parcelas semestrais (20/02/2013 a 20/02/2020). 3ª emissão: 15/08/2016 4ª emissão: 18/09/2016	1ª série: parcelas anuais (15/10/2016 a 15/10/2018) 2ª série: parcelas anuais (15/10/2018 a 15/10/2019) 3ª série: parcelas anuais (15/10/2020 a 15/10/2022)	Série única (19/02/2018)				1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)		1ª série: anualmente, em 12 parcelas (15/01/2012 a 15/01/2023) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/2012 a 15/04/2022) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/2012 a 15/07/2022) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/2012 a 15/10/2022)	17/05/2017	17/05/2017	17/06/2018
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável		Parcelas anuais (15/06/2014 a 16/06/2019)				a) Para cada subcrédito em T.J.P. concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vinculada da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vencida). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES, por meio do Contrato BNDES, até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desbolsa realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses antes do vencimento de cada prestação).	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Notas Explicativas

Descrição	EcoRodovias Concessões e Serviços				Ecoporto	Ecopistas	Ecovia	Ecosul		
	Ecorodovias		Serviços					1º Emissão	2º Emissão	
	Infraestrutura	2º Emissão	3º Emissão	2º Emissão						
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	ITAÚ CV S/A	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.	1º Emissão Banco Bradesco S.A.	2º Emissão Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP	CETIP E BMF&BOVESPA	CETIP / Agente escriturador / Sede da Emissora	Não aplicável		CETIP e/ou BOVESPAFIX	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável						
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Pentágono S.A. DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Itaú Unibanco S.A. Planner Trustee DTVM Ltda.		Não aplicável Oliveira Trust DTVM S.A.	Não aplicável Oliveira Trust DTVM S.A.	Não aplicável Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	Fiança Ecorodovias Concessões E Serviços S.A.	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável						
Cláusulas de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecoporto.						
Classificação de riscos	Ba1 (escala global) e Aa1.br (NSR) da Moody's	"brAA+" da Standard & Poors"	Não há classificação de riscos	Não aplicável						

Notas Explicativas

EcoRodovias Concessões e Serviços (cessão de dívida da Ecorodovias Infraestrutura		EcoRodovias Concessões e Serviços		Ecoporto		Ecopistas		Ecovia		Ecosul	
Descrição	Índices financeiros	2º Emissão		2º Emissão		Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBITDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015: 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	(i)	a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e 31/03/2016 e Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016	1º Emissão Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e 31/03/2016 e Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016	2º Emissão Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3,0 a partir de 31/03/2017
		Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	Série única - Menores ou igual a 3,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.							
(i) Dívida líquida/EBTIDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços		Menores ou igual a 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	Série única - Menores ou igual a 3,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida consolidada com o EBITDA e índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos correspondentes ao EBITDA pela despesa financeira líquida.	Menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e (ii) maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras.	Índices financeiros em que a relação da dívida líquida e o (Lucro antes dos impostos, depreciação e amortização - "EBITDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015: 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Os índices serão apurados trimestralmente, com base no balanço combinado das empresas Ecoporto Santos S.A. e Ecoporto Transportes Ltda.	(i)	a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 e (iii) razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.	Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e 31/03/2016 e Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016	1º Emissão Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 2,5x a partir de 31/12/2015 e 31/03/2016 e Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3x a partir de 30/06/2016	2º Emissão Divida Líquida / Ebitda ajustado inferior a 3,0 a partir de 31/03/2017	

Notas Explicativas

O resumo dos índices financeiros exigidos em 31 de março de 2017 está demonstrado a seguir:

EcoRodovias Concessões	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	2,54
(ii) EBTIDA/despesa financeira líquida	>2,0	4,39
(iii) Dívida líquida/EBTIDA	< 3,75	2,54
(iv) EBTIDA Ajustado/Despesa financeira	>2,0	4,39
Ecovias - 2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	1,23
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	8,58
Ecopistas	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	36,29%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,2	1,68
(iii) Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 4,0	3,34
Ecoporto	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA	< 3,5	(13,47)
(ii) EBITDA/despesa financeira líquida	> 2,5	(0,56) (**)
EcoRodovias Concessões (Cessão dívida Ecorodovias Infraestrutura)	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA da controlada Ecorodovias Concessões e Serviços	< 3,75	2,54
Ecovia	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado	<3,0	0,68
Ecosul	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado	<3,0	1,15

(*) Índices não revisado pelos auditores independentes.

(**) Está amparado por carta fiança.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Consolidado					
	31/03/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	634.086	(5.135)	628.951	808.151	(8.570)	799.581
2019	615.035	(6.223)	608.812	611.639	(6.223)	605.416
2020	586.703	(4.981)	581.722	582.307	(4.981)	577.326
2021	298.275	(4.415)	293.860	295.019	(4.416)	290.603
2022	558.505	(2.573)	555.932	526.741	(2.574)	524.167
Apartir de 2023	611.641	(1.626)	610.015	630.626	(1.626)	629.000
	3.304.245	(24.953)	3.279.292	3.454.483	(28.390)	3.426.093

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures - 1ª série	15/10/2012	240.000	(6.196)	233.804	CDI + 0,79%	11,93%
	Debêntures - 2ª série	15/10/2012	160.000	(4.156)	155.844	5,00%+ IPCA	11,82%
	Debêntures - 3ª série	15/10/2012	400.000	(10.502)	389.498	5,35%+ IPCA	11,76%
	Debêntures - 1ª série	24/05/2015	232.000	(1.571)	230.429	CDI + 1,18% a.a.	14,52%
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	(2.492)	365.508	CDI+1,42%a.a.	14,49%
	Debêntures - série única	18/11/2016	215.000	(226)	214.774	114% do CDI	14,07%
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	10,05%
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	10,15%
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,98%
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,09%
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	15,06%
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	14,98%
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI + 1,85% a.a.	12,55%
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	(228)	147.772	115% CDI	14,68%
	Série única	17/01/2017	50.000	-	50.000	107,5% CDI	12,97%
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	(233)	142.767	115% CDI	14,63%
			3.807.000	(72.900)	3.734.100		

Notas Explicativas

16. Arrendamento mercantil financeiro - Consolidado

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/03/2017	31/12/2016
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	102	97
Menos de um ano	-	28
	102	125
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	3	2
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	105	127
Circulante	105	99
Não circulante	-	28

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Adição	127	185
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	7	29
Pagamento principal	(22)	(60)
Pagamento de juros	(7)	(27)
Saldo final	105	127

17. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de março de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Ativo circulante					
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada direta	31.436	30.564	-	-
Ecoporto Transporte Ltda. (j)	Controlada direta	4.162	4.047	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controlada direta	431	4.144	-	-
Empresa Conc. de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada indireta	50	50	-	-
		36.079	38.805	-	-
Movimentação do intangível:					
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	6.515	57.711
Consórcio Carvalho Pinto (k)	Outras partes relacionadas	-	-	-	4.468
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	869	6.444
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	2.685	7.293
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	156	1.568
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	3.701	28.738
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (c)	Outras partes relacionadas	-	-	22.667	58.162
Engenharia e Constr. Araribóia Ltda. (o)	Outras partes relacionadas	-	-	1.887	6.773
A.Madeiras Indústria e Comércio Ltda. (m)	Outras partes relacionadas	-	-	2.626	-
		-	-	41.106	171.157
Total do ativo		36.079	38.805	41.106	171.157

Notas Explicativas

		Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Passivo circulante:					
SBS Engenharia e Construções S.A. (b)	Outras partes relacionadas	-	-	1.596	134
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada direta	20.079	19.594	-	-
A.Madeiras Indústria e Comércio Ltda. (m)	Outras partes relacionadas	-	-	775	-
Contek Engenharia S.A. (f)	Outras partes relacionadas	-	-	785	688
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (p)	Controlada direta	83.977	62.846	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de obras (c)	Outras partes relacionadas	-	-	8.237	3.529
Incospal Construções Pré-fabricadas Ltda. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	156	156
Engenharia e Constr. Araribóia (o)	Outras partes relacionadas	-	-	544	484
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	92	66
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	440	438
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	474	473
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	746	779
Total do passivo circulante		104.056	82.440	13.845	6.747
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Passivo não circulante:					
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada direta	301.258	293.176	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (p)	Controlada direta	598.178	598.178	-	-
Total do passivo não circulante:		899.436	891.354	-	-
Total do passivo		1.003.492	973.794	13.845	6.747
		Controladora		Consolidado	
		31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Resultado:					
Receita:					
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	Controlada indireta	149	136	-	-
Resultado financeiro:					
Receita:					
Ecoporto Santos S.A. (j)	Controlada direta	1.026	887	-	-
Ecoporto Transportes Ltda. (n)	Controlada direta	-	118	-	-
		1.175	1.141	-	-
Custos/Despesas:					
Unimar Transportes Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	-	1.917	1.367
Vix Logística S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	2.056	1.499
Resultado financeiro:					
Despesa:					
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (p)	Controlada direta	21.131	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada direta	10.097	8.257	-	-
		31.228	8.257	4.122	2.886

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (b) A SBS Engenharia e Construções Ltda. possui participação acionária de 10% na Controlada Ecosul e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecosul e a SBS Engenharia e Construções Ltda. é de R\$41.139. O prazo para execução desses serviços é março de 2018 e em 31 de março de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$2.705. Os saldos em aberto a pagar de R\$1.596 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias, bem como obras na Ponte Rio Niterói. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias/Ecoponte e o Consórcio Serra do Mar é de R\$54.088, incluindo aditivo contratual. O contrato encerrou em 31 janeiro de 2017 e há um saldo a realizar de R\$1.131. Em 31 de março de 2017 há um saldo em aberto de R\$8.237.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas indiretos da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. e Concessionária de Rodovias do Sul - Ecosul. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$331.255, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução desses é em maio de 2017 e em 31 de março de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$180.142. Os saldos em aberto a pagar R\$838 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) O saldo refere-se a transferências de funcionários entre as empresas (provisão de férias e 13º salário).
- (f) A Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Eco, o qual possui 37% de participação no consórcio. O objeto do contrato entre a Contek e a Eco101 é de duplicação da BR101. O valor total desse contrato é de R\$189.862 e sua vigência é até junho de 2018, já foram incorridos R\$26.780 e há um saldo a pagar de R\$785.
- (g) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$23.749 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2017, já haviam incorridos R\$23.718. Em 31 de março de 2017, há um saldo em aberto a pagar de R\$440 com vencimento em até 45 dias.
- (h) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor total desse contrato é de R\$25.461 e vigência até novembro de 2018. Em 31 de março de 2017, já haviam incorridos R\$23.391, e há um saldo a pagar de R\$474 com vencimento em até 45 dias.
- (i) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$3.195. O prazo para execução desses serviços é até julho de 2016, sendo que já foram incorridos. Os saldos em aberto de serviços já realizados de R\$156 tem o vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (j) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 13,64%a.a. com vencimento até 12 de junho de 2018.
- (k) O Consórcio Carvalho Pinto, formado pelas partes relacionadas CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, Salini Impregilo S.p.A. Sucursal Brasil e CIGLA - Construtora Impregilo e Associados S.A., contratados para execução da obra do Lote 01 do Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto. O valor total do contrato é de R\$51.719. O prazo para execução dos serviços foi em dezembro de 2016. Em 31 de março de 2017, já haviam sido incorridos R\$51.278, e não existem saldos a pagar
- (l) Refere-se ao contrato de Mútuo, sendo a mutuária a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O mútuo será corrigido através do percentual de 13,64%a.a.
- (m) O contratada A Madeiras Indústria e Comércio Ltda., participa do Consórcio Construtor Eco, o qual possui 37% de participação no consórcio. O objetivo do contrato é a duplicação da BR101. O valor desse contrato é de R\$42.745 e sua vigência é até março de 2018, já foram incorridos R\$12.117.
- (n) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária Ecoporto Transporte Ltda. O mútuo será corrigido através de juros fixos de 13,64%a.a. com vencimento até 29 de outubro de 2017.
- (o) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Eco, o qual possui 26% de participação no consórcio. O objeto do contrato entre a Araribóia e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses

Notas Explicativas

serviços foi em 30 de abril de 2016. O valor total do contrato é de R\$9.134, sendo que até 31 de março de 2017 foi incorrido o montante de R\$9.126. O saldo em aberto em 31 de março de 2017 é R\$544.

- (p) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1º série CDI+1,18%a.a. com vencimento em 15/04/2018 e a.a. e - 2º série CDI 1,42%a.a. com vencimento em 15/04/2020.

Saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 31 de março de 2017 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutante	Mutuário	31/03/2017	31/12/2016	Vencimento	Taxa
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	125.498	122.037	31/03/2018	100% CDI + 1,20% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecorodovias Infra	301.258	293.176	12/06/2018	13,64% a.a.
Ecorodovias Concessões	Ecorodovias Infra	20.080	19.594	11/11/2017	100% CDI
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	31.436	30.564	29/10/2017	14,14% a.a.
Ecorodovias Infra	Termares	4.162	4.047	26/10/2017	14,14% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	5.290	5.144	29/09/2018	14,13% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	-	2.332	07/10/2018	14,13% a.a.
Termares	Ecoporto Santos	1.791	1.742	22/10/2018	14,13% a.a.
		<u>489.5165</u>	<u>478.636</u>		

Outros contratos entre as partes relacionadas

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as demais empresas do Grupo EcoRodovias. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$207.336, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 31 de março de 2017, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2017 em R\$19.176 (R\$28.486 para o exercício de 2016), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

Notas Explicativas

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.787
Plano de retenção	1.105
Plano de opção com base em ações	343
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	418
Seguro de vida	2
Assistência saúde	42
Previdência privada	77
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS)	557
	<u>4.331</u>

18. Provisão para manutenção - Consolidado

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 11,52% a 16,28% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº25)	869.823	24.879	-	-	894.702
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº25)	(183.215)	(7.622)	-	-	(190.837)
Realização da manutenção	(562.441)	-	(19.353)	-	(581.794)
Ajuste a valor presente - realizações	111.276	-	-	6.994	118.270
	<u>235.443</u>	<u>17.257</u>	<u>(19.353)</u>	<u>6.994</u>	<u>240.341</u>
Circulante	55.869				46.445
Não circulante	179.574				193.896

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº25)	1.002.111	27.552	-	-	1.029.663
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº25)	(210.773)	(6.928)	-	-	(217.701)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(18.258)	-	(680.773)
Ajuste a valor presente - realizações	139.249	-	-	7.486	146.735
	<u>268.072</u>	<u>20.624</u>	<u>(18.258)</u>	<u>7.486</u>	<u>277.924</u>
Circulante	87.531				73.563
Não circulante	180.541				204.361

Notas Explicativas

19. Provisão para construção de obras futuras - Consolidado

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 11,52% e 25,64% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2016
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(10.728)	(3.940)	-	(14.668)
Ajuste a valor presente - realizações	8.948	-	540	9.488
	94.868	(3.940)	540	91.468
Circulante	43.227			44.288
Não circulante	51.641			47.180

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	31/03/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(7.604)	-	(43.471)
Ajuste a valor presente - realizações	11.111	-	1.207	12.318
	71.892	(7.604)	1.207	65.495
Circulante	38.124			37.817
Não circulante	33.768			27.678

20. Obrigações com Poder Concedente – Consolidado

I) Verbas fixas e variáveis

	31/03/2017	31/12/2016
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	20.662	26.249
Variável - Ecosul (e)	265	196
Variável - Ecovias (b)	1.343	1.448
Variável - Ecopistas (b)	355	380
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	496	496
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	258	258
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (g)	248	248
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (d)	330	355
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	294	294
Outras - Ecocataratas - PRE/PRF (k)	1.920	1.522
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (j)	596	995
	26.767	32.441
Circulante	25.165	25.014
Não circulante	1.602	7.427

Notas Explicativas

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 31 de março de 2017, restam 13 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 94,58% do total (93,33% em 31 de dezembro de 2016).
- b) A parcela variável da Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 31 de março de 2017, o valor atualizado mensal é de R\$248 (R\$248 em 31 de dezembro de 2016).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 31 de março de 2017, a parcela reajustada é de R\$294 (R\$294 em 31 de dezembro de 2016).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 31 de março de 2017, o valor atualizado é de R\$258 (R\$258 em 31 de dezembro de 2016).
- i) Taxa de fiscalização da Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Referem-se aos pagamentos de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.
- k) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/03/2017	31/12/2016
2018	1.602	7.427
	1.602	7.427

A movimentação das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	32.441	43.490
Custo (vide Nota Explicativa nº 25)	13.639	13.078
Variação monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 27)	948	2.079
Pagamento do principal	(20.261)	(17.384)
Saldo final	26.767	41.263

Notas Explicativas

II) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos cinco trechos rodoviários que compõem o polo, totalizando 509,1 km de extensão conforme as previsões dos cronogramas de custos operacionais e investimentos de seu programa de exploração.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Notas Explicativas

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 71 milhões já realizados até 31 de março de 2017 e R\$ 213 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela controlada indireta Ecopistas.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- O pagamento de direito de outorga, no total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA, dos quais R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo restante foi pago em 18 parcelas, sendo a última paga em 31 de dezembro de 2010.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. -Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguinte compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Notas Explicativas

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de setembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Concessionária Ponte Rio-Niterói estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

31/03/2017								
			Previsão ao fim do prazo de concessão					Total
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	72.036	236.574	113.650	122.206	65.704	1.699.172	708.657	3.017.999
Conservação especial (manutenção)	48.371	64.414	226.822	253.800	402.191	551.759	443.676	1.991.033
Equipamentos	11.248	9.177	43.471	8.587	222.359	337.481	94.261	726.575
Total	131.655	310.165	383.943	384.584	690.254	2.588.412	1.246.594	5.735.607
31/12/2016								
			Previsão ao fim do prazo de concessão					Total
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	74.129	239.332	115.064	129.623	66.274	1.698.843	725.679	3.048.944
Conservação especial (manutenção)	48.232	66.320	228.847	263.317	404.445	546.496	439.444	1.997.101
Equipamentos	11.265	12.816	43.057	8.496	220.238	334.482	93.520	723.874
Total	133.626	318.468	386.968	401.436	690.957	2.579.821	1.258.643	5.769.919

Notas Explicativas

21. Informações sobre o contrato de concessão da Ecovia, Ecocataratas e Ecoporto Santos

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas e a Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Administração do Governo do Estado do Paraná, nos anos de 2002 a 2010, buscou reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, por meio de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos de 2003 a 2010, tentativa de nulidade de aditivos contratuais e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná.

Os reajustes tarifários contratuais dos anos 2003 a 2010, sistematicamente negados pelo Governo do Estado do Paraná, foram implementados judicialmente. Mediante mútuo consenso entre as partes foi firmado acordo judicial no qual foi reconhecido o direito ao reajuste às Concessionárias. O referido acordo foi judicialmente homologado e as demandas correspondentes foram extintas.

A Companhia busca, por meio de ações judiciais, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram o seu contrato de concessão. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original da equação econômico-financeira do contrato.

Diante da atual Administração estadual, as concessionárias estão em processo de revisão contratual desde agosto de 2011.

Em março de 2012 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado de solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que promova o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa. Foi apresentado pedido de reexame em 23/04/2012 pelas concessionárias em razão da não participação processual. Aguarda-se julgamento.

Também em março de 2012 foi emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido relatório concluiu preliminarmente que o contrato pode encontrar-se desequilibrado em desfavor do usuário. Foi apresentada defesa e impugnados os critérios considerados para reequilíbrio e as conclusões preliminares do relatório. Não há julgamento final ainda.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, do acórdão e relatório dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Paraná, respectivamente, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

No momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento. As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da

Notas Explicativas

Presidência da República (SEP), recém incorporada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

As provisões de salários e encargos foram registradas no resultado da Companhia nas rubricas "Custos dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

22. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis - Consolidado

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (c)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	154.974	40.581	19.506	215.061
Ativos disponíveis para venda	1.474	596	565	2.634
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	463	1.235	640	2.338
(-) Pagamentos	(326)	(1.536)	(197)	(2.058)
(+) Atualização monetária	1.769	1.922	(26)	3.665
Saldos em 31 de março de 2016	158.354	42.798	20.488	221.640
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.520	26.624	9.224	182.368
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(1.724)	(39)	(266)	(2.029)
(-) Pagamentos	(240)	(879)	-	(1.119)
(+) Atualização monetária	1.573	670	255	2.498
Saldos em 31 de março de 2017	146.129	26.376	9.213	181.718

(*) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda. O montante de R\$42.723 refere-se aos saldos de provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis baixados em 01 de janeiro de 2016 de operações descontinuadas.

Notas Explicativas

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$411.240 em 31 de março de 2017 (R\$99.778 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920 em 30 de setembro de 2013 (em 31 de março de 2017 este valor atualizado é de R\$46.064, sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 31 de março de 2017 o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$46.064 (R\$46.064 em 31 de dezembro de 2016).
- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder à Companhia autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de março de 2017, o valor contingenciado é de R\$82.595 (R\$72.025 em 31 de dezembro de 2016). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2015, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECNOLÓGICO", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$86.352 em 31 de dezembro de 2015, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se a decisão do juiz sobre o prosseguimento do processo. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$295.129 classificado como remoto por nossos assessores jurídicos passou a ser classificado para possível no período findo em 31 de março de 2017 e o valor atualizado é de R\$303.082

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de março de 2017, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$91.495 (R\$101.328 em 31 de dezembro de 2016), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

Notas Explicativas

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 31 de março de 2017, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$147.556 (R\$38.503 em 31 de dezembro de 2016), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Os principais processos tributários são conforme segue:

Decorrentes de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em Pelotas - RS, pelo não recolhimento de valores de IRPJ e CSLL relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da controlada indireta Ecosul e ao questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas em imóveis objeto da concessão, cuja perda foi avaliada como possível pelos consultores legais. O valor estimado em 31 de março de 2017 é de R\$7.407 (R\$9.045 em 31 de dezembro de 2016).

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 31 de dezembro de 2016 é de R\$110.238, não houve atualização para 31 de março de 2017.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

Em AGE realizada em 12 de setembro de 2016, foi deliberada a absorção do prejuízo acumulado da Companhia, reduzindo o capital social de R\$1.320.549 para R\$360.900.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período encerrado em 30 de setembro de 2016, não foram pagos valores a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 28 de abril de 2016, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o saldo de dividendos remanescentes de 2015, o qual foi reclassificado para o passivo circulante e será distribuído até 31 de dezembro de 2016, conforme deliberação do conselho de administração.

Notas Explicativas

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação média do último dia de pregão em 31 de março de 2017, de R\$9,04. O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação média do pregão de 31 de março de , é de R\$20.186.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$30.825, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

	31/03/2017	31/03/2016
Saldo inicial	72.583	55.979
Participação nos lucros	3.450	6.011
Aumento de capital	1.890	
Opções outorgadas reconhecidas	10	14
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	(6.420)	-
Saldo final	71.513	62.004

Notas Explicativas

24. Receita líquida - Consolidado

	31/03/2017	31/03/2016
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	280.984	256.486
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	307.750	276.118
Vale-pedágio	47.706	47.518
Outras	212	185
	636.652	580.307
Receitas de construção	87.125	64.604
Receitas portuárias (d)	73.653	64.450
Receitas acessórias (b) (c)	23.394	19.550
	820.824	728.911
Receita bruta total		
Deduções de receita (e)	(71.039)	(65.452)
Receita líquida	749.785	663.459

- (a) Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- (b) Referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.
- (c) Refere-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias.
- (d) Referem-se às receitas do segmento portuário.
- (e) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	31/03/2017	31/03/2016
<u>Base de cálculo de impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	636.652	580.307
Receitas portuárias	73.653	64.450
Receitas acessórias e intercompany	23.394	19.550
	733.699	664.307
<u>Deduções</u>		
Cofins (i)	(29.038)	(26.857)
PIS (ii)	(6.295)	(5.821)
ISS (iii)	(35.706)	(32.664)
Outros – ICMS	-	(110)
	(71.039)	(65.452)

- (i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos 7,6%.
- (ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos 1,65%.
- (iii) Alíquota média de 4,8%.

Notas Explicativas

25. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Pessoal	7.067	4.058	79.898	81.521
Conservação e manutenção	-	5	19.321	19.262
Serviços de terceiros (*)	1.547	2.182	43.997	33.369
Seguros	60	53	4.241	5.171
Depreciações e amortizações	168	174	101.831	87.479
Poder concedente (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	13.639	13.060
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	189	312	8.368	6.057
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 18)	-	-	20.624	17.257
Custo de construção de obras (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	87.125	64.604
Outros custos e despesas operacionais	199	412	14.057	19.690
	9.230	7.196	393.101	347.470
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	-	-	340.387	300.006
Despesas gerais e administrativas	9.230	7.196	52.714	47.464

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

26. Despesas com vendas – Consolidado

As despesas com vendas referem-se as comissões e agenciamento marítimo da controladas diretas Ecoporto Santos e Termares. No período findo em 31 de março de 2017 as despesas totalizaram R\$36.831 (R\$22.126 em 31 de março de 2016).

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	376	1.437	22.412	26.861
Juros sobre mútuos	1.162	1.005	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga (vide Nota Explicativa nº 20)	-	-	948	-
Atualização monetária de créditos fiscais	834	985	3.234	7.213
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	4.892	18.148
Outras	-	1	141	376
	2.372	3.428	31.627	52.598
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	-	(22.157)	(92.538)	(91.636)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(25.979)	(68.904)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	(309)	(2.534)	(3.355)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(20.051)	(26.553)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(5.518)	-
Encargos sobre arrendamento mercantil financeiro	-	-	(7)	-
Juros passivos sobre cessão de dívida	(21.131)	-	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	(2.079)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção e construção de obras	-	-	(8.693)	(7.534)
Juros sobre mútuo	(10.097)	(8.257)	-	-
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	-	-	(2.705)	(3.691)
Outras	(213)	(214)	(2.309)	(5.289)
	(31.441)	(30.937)	(160.334)	(209.041)
Resultado financeiro, líquido	(29.069)	(27.509)	(128.707)	(156.443)

Notas Explicativas

28. Lucro/ (Prejuízo) por ação

Controladora e Consolidado	31/03/2017	31/03/2016
Lucro/(Prejuízo) básico por ação	0,18	(1,12)
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação	0,17	(1,10)
Lucro/(Prejuízo) básico por ação das operações continuadas	0,18	0,12
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação das operações continuadas	0,17	0,12

a) Lucro/(prejuízo) básico por ação

Controladora e Consolidado	31/03/2017	31/03/2016
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	97.790	(620.623)
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	98.021	68.689
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.233)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Lucro/(Prejuízo) básico por ação - R\$	0,18	(1,12)
Lucro/(Prejuízo) básico por ação de operações continuadas - R\$	0,18	0,12

b) Lucro/(prejuízo) diluído por ação

Controladora e Consolidado	31/03/2017	31/03/2016
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	97.790	(620.623)
Lucro/(Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	98.021	68.678
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Ajuste por opções de compra de ações exercíveis	6.987	8.487
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído	563.453	564.953
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação - R\$	0,17	(1,10)
Lucro/(Prejuízo) diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,17	0,12

29. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Dívida (a)	-	-	5.099.945	4.962.701
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(111.646)	(3.096)	(871.370)	(658.623)
Dívida líquida	(111.646)	(3.096)	4.228.575	4.304.078
Patrimônio líquido (b)	493.281	499.964	564.794	572.547
Índice de endividamento líquido	(0,23)	(0,01)	7,49	7,52

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas n^{os} 14, 15, 16 e 20.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por Operações compromissadas, fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,7% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas n^{os} 14, 15, 16 e 20.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de março de 2017 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	37.015	37.015
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	137.671	137.671
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	834.355	834.355
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	51.457	51.457
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	812.876	812.876
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	4.260.197	4.260.197
Arrendamento mercantil (c)	Outros passivos financeiros	105	105
Obrigações com Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	26.767	26.767

(a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(c) Os empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".

Notas Explicativas

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2017, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	29.516	32.215

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

a) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$96.180 (R\$110.214 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Notas Explicativas

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures Ecovia	115,0% CDI	170.135	-	-	-
Debêntures Ecosul	115,0% CDI	176.602	-	-	-
Debêntures Ecosul	107,5% CDI	7.648	51.382	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18% a.a.	44.432	233.356	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	71.812	48.474	209.734	184.998
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	105.222	85.517	-	-
Debêntures - ECS	114,0% CDI	251.545	-	-	-
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	201.528	140.668	123.843	-
Nota promissória Ecocataratas	CDI + 2,65% a.a.	225.776	-	-	-
BNDES - Ecopistas	TJLP + 2,45% a.a.	39.107	36.756	34.433	63.183
BNDES - Cataratas	TJLP + 2,10% a.a.	7.118	2.255	-	-
BNDES – Eco101	TJLP + 3,84% a.a.	33.173	35.263	35.263	322.309
Finame - Ecocataratas	TJLP + 3,21% a.a.	37	-	-	-
Finame - Ecocataratas	TJLP + 2,70% a.a.	16	-	-	-
BNDES – Eco101	UMSELIC+4,87%a.a.	57.196	-	-	-
Debêntures – ECS	IPCA + 5,00% a.a.	16.123	126.562	126.415	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	102.704	95.465	114.208	382.477
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	43.117	31.769	33.824	730.736
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	19.534	10.705	148.256	149.317
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	74.909	41.053	43.717	1.313.215
BNDES - Ecopistas	IPCA + 2,45% a.a.	7.518	7.105	6.709	25.645
Leasig Ecosul	25,13% a.a.	116	-	-	-
Leasing ECO101	21,27% a.a.	122	122	92	-
Finame Ecosul	6,00% a.a.	60	57	54	34
Finame - Ecocataratas	2,50% a.a.	49	48	47	117
Finame - Ecocataratas	3,00% a.a.	56	14	-	-
Finame - Ecoporto Santos	6,00% a.a.	2.096	1.992	1.887	685
Finame - Termares	7,70% a.a.	440	-	-	-
Finame - Ecocataratas	6,00% a.a.	233	221	209	41
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 5,2% a.a.	48	-	-	-
Finimp - Ecoporto Santos	Libor6M + VC + 2,0% a.a.	18.574	18.045	17.507	49.299

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Cestas de Moedas, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (g)	Baixa do CDI	51.740	38.805	25.870
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(292.901)	(321.658)	(350.121)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(210.926)	(213.566)	(216.221)
Notas promissórias (a)	Alta do CDI	(44.923)	(45.425)	(45.919)
Empréstimos e financiamentos (j)	Alta SELIC	(237)	(296)	(355)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(34.496)	(43.120)	(51.744)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta da IPCA	(4.700)	(5.875)	(7.050)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IGP-M	(78)	(98)	(118)
Juros a incorrer, líquidos		(536.521)	(591.233)	(645.658)

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de março de 2017 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,50%	10,63%	12,75%
IGP-M (b)	5,06%	6,33%	7,59%
IPCA (c)	4,27%	5,34%	6,41%
TJLP (d)	7,50%	9,38%	11,25%
US\$ (e)	3,2400	4,0500	4,8600
UMSELIC (j)	1,8410	2,3013	2,7615
CDI (g)	8,50%	6,38%	4,25%
Libor6M	1,423%	1,779%	2,135%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Notas Explicativas

30. Informações por segmento - Consolidado

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("ChiefOperatingDecision-Maker - CODM").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. – Ecoponte.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A. e Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/03/2017	31/12/2016
Concessões	86,4%	86,0%
"Holding" e serviços	8,1%	8,5%
Portos	5,5%	5,5%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumarizada relacionada aos segmentos para 31 de março de 2017. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como as práticas contábeis aplicadas:

Contas	31/03/2017		
	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	819.077	59.504	459.631
Ativo não circulante	4.205.129	691.179	4.030.815
Total do ativo	5.024.206	750.683	4.490.446
Passivo circulante	1.125.099	264.898	617.359
Passivo não circulante	2.479.863	422.420	2.352.345
Patrimônio líquido	1.419.244	63.365	1.520.742
Total do passivo e patrimônio líquido	5.024.206	750.683	4.490.446
Receita líquida	687.970	64.749	43.533
Custo dos serviços prestados	(315.206)	(27.358)	(22.559)
Lucro bruto	372.764	37.391	20.974
Despesas com vendas	-	(36.831)	-
Outras receitas	-	298	-
Receitas (despesas) operacionais	(34.207)	(8.415)	(31.739)
Equivalência patrimonial	-	-	320.139
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	338.557	(7.557)	309.374
Resultado financeiro	(66.101)	(14.131)	(48.475)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	272.456	(21.688)	260.899
Imposto de renda e contribuição social	(88.843)	(1.137)	(89)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	183.613	(22.825)	260.810
Resultado das operações continuadas	-	-	260.579
Resultado das operações descontinuadas	-	-	231
Atribuível a:			
Companhia	180.163	(22.825)	260.810
Outros acionistas	3.450	-	-

Notas Explicativas

31/12/2016			
Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Ativo circulante	744.239	44.415	320.877
Ativo não circulante	4.189.789	693.763	3.886.684
Total do ativo	4.934.028	738.178	4.207.561
Passivo circulante	1.093.573	251.156	270.215
Passivo não circulante	2.406.291	431.859	2.541.277
Patrimônio líquido	1.434.164	55.163	1.396.069
Total do passivo e patrimônio líquido	4.934.028	738.178	4.207.561

31/03/2016			
Contas	Concessões	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	610.662	56.347	46.233
Custo dos serviços prestados	(262.542)	(29.071)	(23.136)
Lucro bruto	348.120	27.276	23.097
Despesas com vendas	-	(22.126)	-
Receitas (despesas) operacionais	(46.183)	(14.660)	(20.281)
Equivalência patrimonial	-	-	231.703
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	301.937	(9.510)	234.519
Resultado financeiro	(92.387)	(7.620)	(56.447)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	209.550	(17.130)	178.072
Imposto de renda e contribuição social	(69.165)	5.723	(663)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	140.385	(11.407)	177.409

31. Eventos subsequentes

Em 12 de abril de 2017, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., realizou sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, na modalidade privada, no montante de R\$300.000, sendo a controlada indireta Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., sua credora. O vencimento da amortização do principal e dos juros é 14 de abril de 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Administradores e Acionistas da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5